

# O Serviço Social brasileiro no cenário mundial: o desafio da interlocução com as organizações internacionais

Tânia Maria Ramos de Godói Diniz\*

## RESUMO

As relações que foram estabelecidas pelo Serviço Social brasileiro no contexto mundial, foram atravessadas pela multiplicidade e diversidade que assume o trabalho profissional no mundo. As reflexões sobre essa temática tiveram como parâmetros o projeto ético político profissional e o fortalecimento do Serviço Social brasileiro para além das fronteiras nacionais, numa perspectiva internacionalista. Incorporando uma perspectiva histórico-crítica, a análise do movimento do Serviço Social brasileiro em direção aos organismos internacionais da profissão não se fez sem contradições, diante da crise estrutural do capitalismo e das medidas de contenção parametradas sob o avanço do neoliberalismo, que provocaram a destruição dos direitos e a restrição das políticas sociais.

**PALAVRAS CHAVE:** serviço social; internacionalização; organizações mundiais.

## Brazilian Social Work on the world stage: the challenge of dialogue with international organizations

## ABSTRACT

The relationships that were established by the Brazilian social work in the world context, were crossed by the multiplicity and diversity that assumes the professional work in the world. The reflexions on this theme had as parameters the professional political ethical project and the strengthening of the Brazilian social work beyond national borders, in an internationalist perspective. Incorporating a historical critical perspective, the analysis of the Brazilian social work movement towards the international bodies of the profession was not without contradictions, in the face of the structural crisis of capitalism and the containment measures parameterized under the advance of neoliberalism, which caused the destruction of the rights and the restriction of social policies. .

**KEYWORDS:** social work; internationalization; world organizations.

Enviado em: 16/11/2019  
Aprovado em: 29/11/2019

---

\* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade de Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: [tgdiniz@uol.com.br](mailto:tgdiniz@uol.com.br)

## Introdução

Duas questões norteiam o debate da presença do Serviço Social brasileiro nas organizações internacionais, aqui tratada na particularidade do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): quais são os aspectos conjunturais que contribuíram para posicionar o CFESS no contexto internacional da profissão? O que a experiência da inserção do CFESS nas organizações internacionais aponta em termos da relevância política e profissional desse espaço? Incorporando uma perspectiva histórico-crítica, a análise do movimento do Serviço Social brasileiro em direção aos organismos internacionais da profissão não se faz sem contradições, diante da crise estrutural do capitalismo e das medidas de contenção parametradas sob o avanço do neoliberalismo, que provocaram a destruição dos direitos e a restrição das políticas sociais e, portanto, redefiniram os espaços de atuação profissional, com diferenças significativas entre os países centrais e aqueles da periferia do capital (BOSCHETTI, 2010, p. 69)

Assim, este texto pretende identificar as relações que foram estabelecidas pelo Serviço Social brasileiro no contexto mundial, atravessado pela multiplicidade e diversidade que assume o trabalho profissional no mundo. Para sua elaboração, teve-se como parâmetros o projeto ético político profissional e o fortalecimento do Serviço Social brasileiro para além das fronteiras nacionais, numa perspectiva internacionalista.

Em textos e documentos divulgados pelo CFESS, artigos produzidos e em registros pesquisados na sede da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) em Zurich, Suíça, buscou-se o início da trajetória do Serviço Social brasileiro no contexto mundial, o que incluiu sua participação no bloco regional da América Latina e Caribe, identificando “não se tratar de simples aventura internacionalista, nem um movimento espontaneísta e aleatório”. (CFESS, 2006, p. 5). Ao contrário, nessa interlocução estabelecida, buscou-se demonstrar que tais relações não se materializaram sem questionamentos da direção política assumida pelos organismos internacionais da profissão.

Registros históricos informam que nas décadas de 1950/1960, havia um intercâmbio entre profissionais brasileiros e americanos, que ocorria por meio de instituições como SESI (Serviço Social da Indústria), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Segundo Iamamoto (1982, p. 288), essas organizações, criadas entre os anos 1940 e 1950, para atender ao mercado de trabalho com trabalhadores qualificados e ajustados ao modo de produção capitalista, sob a orientação da burguesia industrial, desenvolviam uma estrutura de serviços com a inserção de um Serviço Social institucionalizado como instrumento político-

repressivo. A influência norte-americana se espalhava por meio de programas nacionais do SESI, SESC<sup>1</sup>, (etc), sob uma perspectiva psicossocial relacionada com os problemas de estrutura social e a utilização da dinâmica de grupo” (IAMAMOTO, 1982, p. 351).

Em 1962, ocorreu a IX Conferência Internacional de Serviço Social, em Petrópolis (RJ), tendo sido precedida pelo II Congresso Brasileiro de Serviço Social. Sob influências oriundas do circuito mundial da profissão, na emergência desse período histórico ganhou destaque um Serviço Social adaptado “às preocupações das classes dominantes e às suas demandas” ainda que houvesse movimentos na direção de “uma perspectiva modernizadora e de um reformismo muito tímido” (IAMAMOTO, 1982, p. 351).

Os anos 1970, em tempos de uma ideologia desenvolvimentista sob o mando de uma ditadura militar empresarial, fazem emergir um Serviço Social que apresentava diferenças no significado social da profissão, cuja heterogeneidade de posições conduz parte do segmento profissional a uma prática social que se contrapunha ao discurso institucionalizado, predominante até aquele momento.

Ao final dos anos 1970, os registros históricos apontavam o contato do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), por meio de seu presidente Luiz Enrique Pedreira, com a presidente da FITS, Mary Windson, solicitando orientações para a filiação. Como é norma da FITS, a filiação deve ser viabilizada por uma instituição de caráter nacional. Assim, os documentos registram a dúvida se a filiação se efetivaria pelo CFAS ou pela ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais), entidades da categoria que buscavam o reconhecimento da profissão e a defesa de seus interesses corporativos desde os anos 1960 (IAMAMOTO, 1982, p. 336). Naquele momento histórico, as relações estabelecidas no interior da profissão demarcavam disputas por uma democratização das entidades profissionais, regidas por uma direção tecnocrática que não se opunha às tendências conservadoras vinculadas à ordem do capital. (ABRAMIDES, 2019, p. 50). As tratativas para a filiação foram interrompidas e retomadas na década de 1990, tempos de avanços profissionais sob uma direção social crítica ao projeto capitalista, materializados na construção coletiva do Código de Ética, em 1993, cujos valores e princípios se fundamentam em uma perspectiva ontológica (ABRAMIDES, 2019, p. 51).

Nos anos 1990, a partir da participação do CFESS no Conselho de Entidades Profissionais Regulamentadas, teve-se o conhecimento do processo de formação do Bloco Mercosul, com objetivos de subsídios ídeo-políticos neoliberais na orientação de políticas

---

<sup>1</sup> É importante destacar as relações que permanecem fortalecidas entre o SESC e organismos internacionais como ICSW (Conselho Internacional de Trabalho Social), mediadas pelo CBCISS.

governamentais na América Latina e de acordos e protocolos formais. Na verdade, o que moveu o CFESS na direção do Bloco Mercosul foi a preocupação com a livre circulação de profissionais no Cone Sul, constituindo-se como resistência à política de acordos multilaterais de valorização do dólar. Conforme registros do CFESS (2006, p. 8), esse cerco de caráter político conduziu a entidade profissional à direção de uma agenda internacional e, em 1995, assinou-se o primeiro protocolo de intenções, com vistas à criação de um Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social, sob a responsabilidade de três entidades profissionais do Cone Sul (Federação Argentina de Associações Profissionais de Serviço Social - FAAPS, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação de Assistentes Sociais do Uruguai – ADASU). Com essa organização inicial, buscava-se a formação de um bloco latino americano (aberto ao Caribe e ao México), sob a direção dos trabalhadores, com um projeto político para enfrentar os interesses do bloco da América do Norte, em formação (Estados, Unidos, México e Canadá – NAFTA). O Comitê foi criado em 14 de março de 1996, respondendo à importância de fortalecimento da organização política da categoria, tanto na América Latina quanto em suas relações com o mundo. O Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social teve em sua pauta o debate de diversos temas: regulamentação profissional, código de ética nos países do Cone Sul e a livre circulação de profissionais no Mercosul. Cabe lembrar que eram tempos de internacionalização do capital, de políticas de privatização e de desregulamentação, quando se intensificam o desmantelamento das conquistas civilizatórias do capital, iniciadas desde a década de 1980, com as políticas neoliberais (CHESNAIS, 1996). São tempos de mudanças na dinâmica capitalista, pressionada pela virada da financeirização, reconfigurando a geografia da produção e da localização do poder político-econômico, nos termos de Harvey (2011).

Ressalta-se que as relações do Serviço Social brasileiro com o Comitê Mercosul e com a FITS faziam parte do processo de fortalecimento da Região Latinoamericana e Caribenha e ampliação de sua participação na FITS, na medida em que eram significativas as diferenças na direção social e política do trabalho social entre as representações dos países centrais e a dos países periféricos (CFESS, 2006, p. 10).

As tratativas de articulação com a FITS continuaram em 1995, quando membros da FITS participaram do 8ª. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em Salvador e ficaram impressionados com a participação massiva de assistentes sociais. Finalmente, concretizou-se a filiação do CFESS à FITS, colocando-se como objetivo contribuir e defender uma concepção de trabalho social que tenha por subsídio a experiência brasileira do projeto

ético político profissional.

Finalizando o relato dos primeiros passos do CFESS no campo mundial da profissão, em 1998, no 8o. CBAS, em uma mesa redonda sobre Relações Internacionais, tem-se a participação de um representante da América Latina e Caribe na FITS, Juan Manuel de Latorre, demarcando o avanço do Serviço Social brasileiro na direção de uma internacionalização, com vistas à organização política da categoria (CFESS, 2006, p. 9).

Esses momentos da história do Serviço Social brasileiro revelam a expectativa de alavancagem e fortalecimento da organização política da categoria numa dimensão internacionalizada. Conforme CFESS (2006, p. 11), “buscam-se relações internacionais na perspectiva política, em contraponto à visão de acordo aduaneiro, ou seja, como integração cultural, econômica e política dos trabalhadores e subalternos de modo mais geral, mais em sintonia com os sonhos dos que lutaram e morreram pela libertação latinoamericana”.

Afirma-se assim, que os/as assistentes sociais brasileiros/as têm uma história de lutas e enfrentamentos da ordem do capital, “com todas as consequências que isso implica, já que o que não se questiona, não pode ser transformado” (MARTINEZ, Seul, 2016).

Portanto, é desde esse lugar da história e da memória, que serão retomados alguns caminhos percorridos pelo Serviço Social brasileiro, rumo à internacionalização da profissão, por vezes questionando e, algumas vezes afirmando as vozes do trabalho social no mundo, sob o compromisso ético político na defesa da liberdade como valor ético central, dos direitos humanos e de um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária. Acrescenta-se a aderência a uma visão de Serviço Social internacional, que, para além dos organismos e entidades internacionais, é construído nos lugares e

Nessa direção, este artigo está organizado da seguinte forma:

Em um primeiro momento, serão feitos rápidos apontamentos sobre o contexto mundializado das relações sociais capitalistas e a importância da internacionalização do Serviço Social brasileiro, ainda que postas as possibilidades e limites dessas relações estabelecidas no campo institucional. Em seguida, e sob esses pressupostos, serão consideradas as relações que o Serviço Social brasileiro estabeleceu com a FITS (Federação Internacional do Trabalho Social), com o Comitê Mercosul (Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social) e com o COLACATS (Comitê Latino Americano e Caribenho de Trabalho Social/Serviço Social), o que poderá contribuir com as reflexões sobre o Serviço Social brasileiro e mundial e sua atuação sob o prisma dessas instituições.

Finalizando, serão apontados alguns desafios que se colocam na atualidade, para as

lutas sociais no contexto das organizações internacionais, socializando alguns processos de construção coletiva nesse âmbito.

## **O contexto mundializado das relações sociais capitalistas nas organizações internacionais**

Um certo estranhamento se coloca necessário para construir a crítica necessária, tendo em vista a defesa da permanência e participação do Brasil no contexto internacional do Serviço Social, ainda que diante de países que desenvolvem um trabalho profissional de direção social absolutamente antagônica à nossa, e o fazemos respaldados pela afirmativa que “não obstante as barreiras, vale a pena superá-las e investir na organização internacional, para que expressemos para o mundo a nossa voz e as nossas posições políticas” (CFESS, 2006, p. )

As relações sociais capitalistas, engendradas em um mundo cada vez mais excludente, no qual o avanço das forças produtivas e das tecnologias de comunicação, o alcance quase infinito das redes sociais e as pressões do capital sobre o mundo do trabalho, têm construído formas sofisticadas para oprimir, para exterminar, para invisibilizar a pobreza e as diversas expressões das desigualdades econômica, política, social e cultural. O exercício do poder dos países centrais, mais poderosos, sobre os países periféricos, é definido pela dominação e exploração permanentes, alinhados aos interesses do capital e das oligarquias econômico-financeiras, sejam locais ou globais.

Segundo Quijano (Quijano, 2000 *apud* Martinez, 2016), as relações que são estabelecidas entre os países traduzem um padrão histórico de poder, que articula estruturalmente o capitalismo com o patriarcado e o racismo. Em outras palavras, são desenvolvidas relações de controle da natureza e do trabalho, controle das formas de organização das relações sociais e um padrão universal de classificação e dominação alimentando um racismo estrutural.

Mas, identificam-se outras dimensões nas mudanças das relações sociais. As últimas décadas do século XX são marcadas por mudanças na dinâmica do desenvolvimento capitalista que, intensificadas a partir da crise da década de 1970 tem suas estratégias desenhadas na ofensiva burguesa de recuperação e manutenção das taxas de lucro e configuradas na reestruturação produtiva com a desterritorialização dos processos de produção, com a precarização e desregulamentação do trabalho e com a mundialização e financeirização do capital, produzindo desequilíbrios e instabilidades em todo o mundo (BEHRING, 2009).

Na primeira década do século XXI, a permanência dessas contradições aprofunda a pauperização dos trabalhadores e intensifica as desigualdades sociais. No caso brasileiro, o período da grande expansão urbana (entre 1950 e 1970) é marcado pela intensificação do desenvolvimento industrial no país, e teve o Estado como o indutor da modernização e expansão industrial, assim como provedor de programas sociais. A crise econômica nacional que se iniciou nos anos 1970 e levou à queda de investimento público e a um persistente desequilíbrio entre o valor da terra e o salário mínimo, assim como as restrições estabelecidas pelas leis de uso do solo, estimularam o crescimento do mercado informal no país.

A concentração da renda e da riqueza e os desmandos de um poder político que sustenta essa concentração, provocam um panorama, em termos mundiais, injusto, profundamente excludente e anti-democrático. As desigualdades identificadas em vários países no mundo, seja no mundo ocidental, seja no mundo oriental, desafiam para um debate sistemático com as organizações internacionais do Serviço Social, cuja abordagem deve ser política, de forma a não naturalizar as diversas expressões da desigualdade e a não despolitizar o trabalho profissional.

Em acordo com Martinez (2016), não se pode fazer esse debate de forma ingênua. Principalmente, ao se reconhecer o papel do CFESS como um sujeito político, na disputa de um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora.

Na perspectiva do trabalho social, também os países centrais não estão imunes às profundas marcas das desigualdades produzidas pelo capitalismo. Á título de exemplo, nas últimas reuniões da FITS, situações foram apresentadas que direcionaram as análises para o campo das prioridades democráticas e para os debates contemporâneos sobre justiça social. A exemplo das crianças imigrantes nos EUA, separadas dos seus pais pela polícia americana, e que estão presas em caixas com grades. E profissionais assistentes sociais são confrontados cotidianamente no seu exercício profissional, ao naturalizar a situação e não entenderem a perversidade da situação, quando são instados a entrevistar essas crianças nessas caixas.

São elementos que mostram que o aprofundamento da crise, que é mundial, tem desdobramentos deletérios nas condições reais de existência de homens e mulheres, sequestrando corações e mentes, alimentando (des)valores burgueses, compondo injustiças provocadas pela queda tendencial da taxa de lucros, pelo aumento da produtividade do trabalho e pela superprodução de mercadorias.

## **Relações do Serviço Social brasileiro com as organizações internacionais (FITS, Comitê Mercosul e COLACATS)**

É importante apontar que a FITS (Federação Internacional de Trabalhadores Sociais) segue os padrões das organizações não governamentais internacionais nas suas estratégias de redes transnacionais, convocatória de mobilizações, celebração de eventos próprios, participação em encontros oficiais, incorporação de temas que dialoguem e ampliem o discurso oficial. Sua organização interna, constituída de um grupo diretivo (presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário geral), do comitê executivo, das comissões (Ética, Direitos Humanos, Indígena, Educação, Nações Unidas) e das presidências regionais constituídas pelas cinco regiões continentais (África, Ásia e Pacífico, Europa, América Latina e Caribe, América do Norte), contribui nas formas de atuação que pretende ter impactos no cenário internacional. (Muñoz, 2008) E com relação ao marco geográfico de sua atuação, são filiados à FITS 129 países, com um total de 3.500.000 de trabalhadores sociais<sup>2</sup>.

A história da FITS data de 1928, em Paris, com a designação de Secretariado Internacional Permanente de Assistentes Sociais. Inativa em razão da segunda guerra mundial, foi retomada em 1950, desta vez como uma Federação. Sediada em Berne, Suíça, é integrada por organizações profissionais de Serviço Social de países das cinco regiões continentais (África, Ásia e Pacífico, Europa, América Latina e Caribe e América do Norte (EUA e Canadá). Internacionalmente, a FITS compõe o Conselho Econômico e Social da ONU e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Trabalha com a Organização Mundial de Saúde – OMS, com o Escritório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados – ACNUR e o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos – ACNUDH (MATOS, 2017). A assembleia geral é a instância máxima de deliberação e, além dos integrantes do Grupo Diretivo, do Comitê Executivo e das Comissões, é formada também por três delegados de cada um dos países filiados à FITS e por observadores. A assembleia ocorre a cada dois anos, junto com as Conferências Mundiais – evento de mobilização e apresentação de trabalhos - e com as reuniões da FITS<sup>3</sup>.

Como uma entidade multicultural, heterogênea e plural, a FITS tem como objetivos:

---

<sup>2</sup> Registra-se que vários países no mundo não tem a inscrição profissional no Conselho e/ou Associação como uma decisão legal, respaldada em legislações nacionais. Assim, a inscrição torna-se um ato de vontade dos profissionais, que podem atuar sem esse registro.

<sup>3</sup> As conferências mundiais são organizadas conjuntamente pelas entidades FITS e AIETS (Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social), desde 2010, com exceção do ano de 2020, quando ocorrerão separadamente. A conferência organizada pela FITS acontecerá em Calgary, no Canadá e a conferência organizada pela AIETS ocorrerá em Rimini, na Itália. A partir de 2022, novamente farão de forma conjunta a conferência internacional.

promover e valorizar o Serviço Social como uma profissão necessária no mundo, através de ações de cooperação em bases internacionais; apoiar organizações profissionais nacionais, estimulando a inserção e participação dos/as assistentes sociais no planejamento social e na formulação de políticas sociais, nacional e internacionalmente; encorajar e facilitar contatos entre os assistentes sociais de todos os países; apresentar os posicionamentos da profissão em nível internacional através de relações com organizações internacionais.

Além dos objetivos, nove princípios éticos forjam a direção social defendida pela FITS. O documento “Declaração Global de Princípios Éticos” foi aprovado na Assembleia Geral da FITS, em Dublin, em 2018 e centra-se nos princípios referidos ao reconhecimento da dignidade inerente ao ser humano, à promoção dos direitos humanos, à promoção da justiça social, ao respeito à diversidade, à promoção ao acesso dos recursos de forma equitativa, à promoção do direito à autodeterminação e do direito à participação, ao respeito à confidencialidade e à privacidade das pessoas, ao tratamento das pessoas como um todo, ao uso ético da tecnologia e das redes sociais e à integridade profissional. No texto da Declaração é reforçada a defesa desses princípios que devem ser cumpridos pelos/as profissionais, conjuntamente aos princípios dos códigos de ética nacionais. Ainda que os princípios éticos apresentem semelhanças com o Código de Ética brasileiro, os objetivos da FITS traduzem uma visão de mundo politicista.

A partir dos anos 1990, o Serviço Social brasileiro tem atuado ativamente nos espaços internacionais. É interessante conhecer como se expressa essa participação, conjugando alguns elementos, tais como os processos históricos e sociais que conformam a realidade brasileira e as particularidades do Serviço Social brasileiro.

Essa trajetória inicia-se na gestão de 1999 a 2002, quando o CFESS assumiu o lugar de membro vogal para América Latina e Caribe, com a representação de Valdete Barros Martins e com a participação de Maria Lúcia Barroco no Comitê de Ética. No ano de 2000, na Conferência Internacional que ocorreu em Montreal, Canadá, foi aprovada uma definição de Serviço Social, cujo conteúdo expressava divergências teórico-metodológicas e ético-políticas ao projeto de profissão defendido pelo Brasil e demais países da América Latina, que se posicionaram contrários a essa definição (LEMOS; MATOS; RAMOS, 2019, p. 114).

Na gestão seguinte, de 2002 a 2005, é estabelecido um vínculo orgânico com o Comitê Executivo da FITS, por meio do cargo de membro vogal, cujo mandato é do Brasil/CFESS até 2008, na pessoa de Joaquina Barata Ribeiro, que tem a companhia de Lea Braga como integrante da Comissão de Direitos Humanos da FITS. Ressalta-se que, em 2002, foi apresentado à FITS um projeto para que o Brasil sediasse a Conferência Internacional de

2008.

A gestão 2005 a 2008 traz desafios importantes para o CFESS. Do ponto de vista do trabalho profissional, colocou-se a demanda, na agenda do conjunto CFESS/CRESS, do interesse pela temática das Relações Internacionais, somando forças na mobilização e expansão organizativa do Comitê Mercosul, principalmente em termos da circulação de profissionais pelo Cone Sul, e estendendo-o para toda América Latina e Caribe. Tendo em vista seus 10 anos de existência até esse momento histórico, ressalta-se que o Comitê Mercosul elaborou propostas de reformulação do Código de Ética Internacional, atuou nos encaminhamentos de alterações na definição internacional do Serviço Social, desenvolveu ações para a constituição de uma frente comum ante a FITS, entre outras realizações. E, com vistas ao fortalecimento da formação profissional, direcionou-se para uma maior articulação com a ABEPSS e com a ENESSO. Nesse período, foi elaborado e apresentado pelo Vice-Presidente para a América Latina e Caribe, um plano de trabalho para a configuração de uma organização latino-americana que abrangesse as regiões Andina, Caribe e Cone Sul. Esse plano organizava-se em alguns eixos: problemas da profissão relacionados com a formação e exercício profissional, que se desdobrava na carência de um currículo mínimo para a formação profissional, nas mudanças do perfil profissional com adequação da profissão aos interesses de grupos dominantes e na inexistência de marcos e parâmetros legais que protejam o exercício profissional; realidades estratégicas a favor de uma mudança situacional, com a defesa das políticas sociais, a relação direta com setores populares, o acúmulo histórico do Serviço Social sob uma perspectiva crítica, a presença da FITS e a atitude receptiva desta organização com relação às vozes do trabalho social latino-americano; linhas gerais para a configuração de um plano de trabalho regional, com o fortalecimento das organizações nacionais, estruturação de espaços sub-regionais e configuração de uma organização latino-americana.

Na gestão seguinte, de 2008 a 2011, ocorre no Brasil a 19ª Conferência Mundial, na cidade de Salvador/BA, com a presença de 2710 participantes, oriundos de 49 países. Durante essa gestão, uma das principais articulações do CFESS na FITS foi a revisão da definição de Serviço Social. Ivanete Boschetti é a representação do CFESS na FITS. No desdobramento dos debates para a revisão da definição, que se estenderam desde os anos 2000, foi aprovada a realização de um workshop no Brasil, com a participação de um Grupo de Trabalho mundial, para discutir essa revisão, com posterior aprovação na Assembleia de Estocolmo, em 2012.

Os debates com relação a livre circulação de profissionais nos países que integram o Mercosul continuaram, principalmente sob a pressão de profissionais que atuavam nas regiões fronteiriças. O CFESS redefiniu sua participação no Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde, no debate sobre a inclusão do Serviço Social na Matriz Mínima de registro de profissionais de saúde no Mercosul. Foi articulado também que as entidades que integram o Comitê fizessem gestão junto aos Ministérios de Saúde de seus países, para o reconhecimento do Serviço Social como profissional da saúde (CFESS, 2011). Segundo Lemos (2017), o grande legado do Comitê Mercosul foi a construção de um projeto comum de profissão, a partir de uma interlocução entre os países da região, e sua defesa no âmbito mundial. Registra-se que a dificuldade de se avançar nas deliberações está na ausência de reconhecimento do Serviço Social como uma profissão da saúde em vários países do Mercosul (CFESS, 2011)

O workshop sobre a concepção de serviço social é realizado durante a gestão 2011 a 2014. Importante ressaltar a gestão do CFESS na organização do workshop e nas articulações com os países da América Latina e do Caribe para construir uma proposta de definição e seguir na interlocução com a FITS, durante a assembleia de 2012. Foi essa a definição acordada: O Serviço Social/Trabalho Social é uma profissão que se insere no âmbito das relações entre sujeitos sociais e entre estes e o Estado nos diversos contextos socio-históricos de atuação profissional. Desenvolve uma praxis social e um conjunto de ações de natureza socioeducativa, que incidem na reprodução material e social da vida, em uma perspectiva de transformação social comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo a autonomia, a participação e o exercício da cidadania, na defesa e na conquista dos direitos humanos e da justiça social. Todavia, o debate coordenado pela FITS, propôs alterações à proposta oriunda do GT e em 2014, na assembleia geral em Melbourne, aprovou-se a seguinte definição: O trabalho social é uma profissão baseada na prática e uma disciplina acadêmica que promove a mudança social e desenvolvimento, a coesão social e o empoderamento e libertação de pessoas. Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito pela diversidade são fundamentais para o trabalho social. Sustentada por teorias de trabalho social, ciências sociais, ciências humanas e do conhecimento indígena, o trabalho social envolve as pessoas e estruturas para os desafios da vida de endereços e melhorar o bem-estar. A definição acima pode ser amplificado em níveis nacionais e / ou regionais. (<http://ifsw.org/get-involved/global-definition-of-social-work/>) (CFESS, 2014)

A participação do CFESS em nível mundial considerou dois vetores para intensificar

a articulação internacional dos/as assistentes sociais: um voltado para o continente latino-americano e outro voltado para as outras regiões do mundo (CFESS, 2006).

Assim, apesar da interlocução no Comitê Mercosul, conforme registrado anteriormente, avançou-se para uma articulação da categoria profissional para além dos países membros do Mercosul, e aprovou-se a ampliação para o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (COLACATS). O ato de fundação ocorreu em Montevideu, em reunião do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social, em 2013, com a participação de organizações de 12 países. Em 2014, ocorreu a primeira assembleia das organizações profissionais como COLACATS, em Santiago, Chile. Ainda que incipiente, um outro tema internacional foi debatido na gestão desse triênio: iniciaram-se articulações para uma relação mais estreita com Portugal e Angola, tendo em vista a meta de articular com a comunidade de países de língua portuguesa (CPLP).

Na gestão de 2014 a 2017, o CFESS assumiu a coordenação do COLACATS, na pessoa de Esther Lemos, juntamente com o Colégio de Profissionais de Trabalho Social de Porto Rico, sob os princípios e diretrizes do projeto ético político profissional, reafirmando o fortalecimento do Serviço Social para além das fronteiras nacionais na direção social do projeto ético político. O COLACATS organiza-se em reuniões anuais. Declarações acordadas entre os países membros são socializadas após as reuniões, estratégia política de fortalecimento do serviço social latino-americano e caribenho e da interlocução entre as organizações profissionais e de formação.

Na gestão atual, de 2017 a 2020, o CFESS foi eleito Vice-Presidente para a Região América Latina e Caribe. Junto com a presidência, que está em Porto Rico, tem-se trabalhado na direção de demarcar o pensamento crítico latino-americano e caribenho, que não se coloca de forma submissa e tampouco é refém dos encaminhamentos e decisões da agenda global, coordenada pela FITS. Um plano de trabalho foi elaborado e está-se trabalhando na direção de identificar e sistematizar as principais demandas e desafios para o trabalho social nos países filiados, que são 17.

Assim, percorreu-se quase 25 anos de história do Serviço Social brasileiro na sua interlocução com organizações internacionais. A título de destaque tem-se que tributárias das representações elaboradas sob os parâmetros da ordem burguesa e que respondem pelos conteúdos veiculados pelo pensamento hegemônico do Serviço Social mundial nos organismos multilaterais, as proposições que emergem dessa trajetória brasileira apontam delimitações e predeterminações, revelando diferentes movimentos das forças sociais em

presença. O diálogo estabelecido com os organismos internacionais se faz por meio das ligações com as configurações históricas da realidade brasileira, envolvendo relações sociais, políticas, econômicas e culturais, demarcando contradições e conflitos por concepções e diretrizes diversas àquelas defendidas pelo Serviço Social brasileiro. Porque é no âmbito dessas relações, face a modernidades e anacronismos do processo histórico, que se deve apreender os movimentos das forças sociais que dão visibilidade às tendências teórico-metodológicas e ao aprofundamento da análise do processo de produção do conhecimento no serviço social, brasileiro e mundial, num plano histórico concreto. Em outras palavras, o reconhecimento da diversidade do Serviço Social mundial “não ofusca a afirmação de sua unidade perante desafios históricos comuns...” (IAMAMOTO; YASBEK, 2019, p. 12)

### **Desafios para as lutas da profissão no plano internacional no contexto das relações capitalistas**

Como um ator internacional, a FITS tem elaborado Manifestos Políticos, apresentando uma relativa mudança nos marcos discursivos, buscando incidir nos debates e criar importantes “correntes de solidariedade” (Muñoz, 2008). São manifestos que tratam dos refugiados contra o autoritarismo de governos, que abordam a erradicação da pobreza, que investem contra a medicalização dos problemas sociais, que se posicionam contra as mortes de migrantes no Mediterrâneo e contra a política migratória norte americana. A FITS também se posicionou contra a prisão do assistente social palestino Munther Amira, por melhores condições profissionais na Polônia, contra a violência de gênero, contra a manipulação internacional sobre a Venezuela e sobre a eleição de um governo conservador no Brasil.

Além disso, desde 2012, busca incidir na agenda internacional por meio de uma Agenda Global para o Trabalho Social. Segundo documentos oficiais da FITS, trata-se de uma plataforma global, cujo processo de construção foi iniciado em 2004, com vistas a defender os princípios do Serviço Social e do desenvolvimento social, na perspectiva de uma sociedade justa. Segundo Truell; Jones (2015), seus objetivos são de assegurar que as experiências profissionais se orientem na direção do desenvolvimento de políticas sociais, cujos resultados possam intervir na realidade social, além de fortalecer o trabalho social. A cada dois anos, um tema é proposto para ser incorporado pelos/pelas assistentes sociais e organizações e no próximo ano, fechar-se-á um ciclo, debatido e construído desde 2010. Assim, discutiu-se a igualdade econômica e social (2012/2014), a dignidade e valores das pessoas (2015/2016), as comunidades sustentáveis ambientalmente (2017/2018) e no próximo ano, finalizar-se-á esse

ciclo com o debate da importância das relações humanas (2019/2020).

Os países estão debatendo e acumulando informações para a agenda global que abrangerá os próximos 10 anos. E, analisando os eixos dos últimos 10 anos acima apontados, acordados entre os países filiados à FITS, observa-se que não se estabeleceu relação com o processo produtivo, com o processo de exploração da força de trabalho e de reprodução social em condições de assalariamento. Afinal, o/a assistente social é um trabalhador assalariado. As principais questões que aportam o Serviço Social no mundo demandam muito mais do que tentativas de elaborar propostas de humanizar o capitalismo, alimentando ilusões formais e políticas de mudanças da realidade. Nesse sentido, entende-se que a agenda em construção deverá expressar o que os diferentes países apontam em seus relatórios para a FITS.

Na América do Norte e Canadá, tem-se o aumento da pobreza, de pessoas em situação de rua, da insegurança alimentar, do racismo, da epidemia de opiáceos. A violência com o uso de armas está nos gastos do governo dos Estados Unidos em armamento e guerra, atingindo \$5,6 trilhões desde 11 de setembro de 2001, mas justifica a ausência de recursos para não ampliar o acesso à saúde. Na África, as expressões das desigualdades estão na fome, na miséria (75% dos pobres mundiais estão na África), na gravidez na adolescência, na escravidão pela migração e refúgio, no terrorismo, na violação dos direitos humanos, situações que são reforçadas por gestões governamentais frágeis, colonizadas e corruptas. A Europa também não está à margem da onda avassaladora do capital no seu processo de concentração de riqueza, desigualdades, violências e obscurantismos. São situações de pobreza, desigualdades, questões ambientais, violação dos direitos humanos, principalmente com relação às minorias religiosas, às crianças, refugiados e migrantes e pessoas com deficiência. A par dessa realidade de pobreza e violência, assistentes sociais têm apresentado demandas em relação às condições de trabalho precárias. Sob a direção da FITS Regional, movimentos têm sido organizados por instituições e profissionais com vistas a “Tornar a Europa livre da pobreza” ou “Construindo uma Europa Social”, traduzindo preocupações com a realidade social.

Na América Latina e Caribe, observa-se o avanço do neoliberalismo, aprofundando desigualdades e pobreza que incidem sobre crianças e jovens, em situações de violência e de abuso sexual. O desenvolvimento do capitalismo na periferia do capital acirra outros aspectos na relação riqueza e pobreza, tais como o tráfico humano, a perseguição da população LGBTQ+ e a morte de indígenas. De forma geral, os países da América Latina e Caribe vivem situações muito semelhantes: aumento dos impostos, diminuição dos gastos sociais, cortes nos

benefícios aos trabalhadores (Costa Rica); desarticulação dos programas sociais, 31% de desemprego, submissão aos organismos internacionais (Argentina); medidas de austeridade, proposta de eliminar os colégios profissionais (Porto Rico); perseguição dos militantes, repressão e assassinato, reformas no seguro social, deslocamentos forçados (Nicarágua); regressão dos direitos de crianças, jovens e idosos (El Salvador); privatização dos recursos naturais, como a água, destruição do meio ambiente (Chile); contaminação e falta de água, migração, principalmente oriunda do Haiti (República Dominicana); desmonte e lutas em defesa da universidade pública (Colômbia); cortes nos gastos sociais, derruição de direitos conquistados, racismo, homofobismo, reformas trabalhista e previdenciária, cortes e desmonte da educação, da universidade pública e da pesquisa (Brasil); privatização dos recursos naturais, minerais (Panamá). A esse quadro político social incorpora-se a formação profissional desqualificada com a presença do ensino à distância aligeirado e superficial e condições de trabalho precárias.

Os países da Ásia e Pacífico apresentam questões associadas à soberania, como os ataques e violação dos direitos à etnia Rohingya, em Myanmar e os conflitos na Palestina, no Yemen, na Síria, além de todas as situações que marcam as desigualdades na região, como doenças, falta de remédios, desnutrição e inundações.

### **Alguns aspectos conclusivos a considerar na particularidade da internacionalização da profissão**

Uma observação para essas reflexões finais: não se pretendeu exaurir todos os caminhos percorridos pelo Serviço Social brasileiro na direção da internacionalização. Buscou-se, outrossim, construir uma síntese dos processos mais relevantes e o ato de apresentar as atividades e as agendas e estratégias das organizações internacionais demonstrou que a crescente preocupação com o meio ambiente, com a promoção dos direitos humanos e fomento do desenvolvimento sustentável não são questões à parte do debate sobre os efeitos perversos das políticas neoliberais. As fantasias e as virtudes do capitalismo foram erodidas pela crise global. As populações de vários países da América Latina e Caribe fazem ressurgir a esperança transformadora nas diferentes formas de resistência popular.

Não são tempos de divisão da classe trabalhadora e fazer parte da FITS pode significar construir relações sólidas com os coletivos profissionais mundiais, enfrentando a subalternidade da colonização e periferização dos países no contexto capitalista mundializado, e possibilitando uma voz sólida aos trabalhadores sociais para que intervenham nos processos

decisórios, tornando-se democráticos e participativos.

Nesse sentido, parafraseando Muñoz (2008), apresenta-se abaixo algumas recomendações para uma maior democratização das relações internacionais:

- ✓ A luta pela livre circulação de pessoas no mundo é um direito de todos e para todos. Isto significa também o respeito às comunidades originárias e o repúdio à migração política e ao deslocamento forçados;
- ✓ Os recursos naturais devem ser preservados e não devem ser apropriados como mercadorias. É fundamental reafirmar que as riquezas naturais dos países, a eles pertencem;
- ✓ Para enfrentar a desigualdade e as diversas expressões da questão social e seus impactos na sociedade, principalmente nos países situados na periferia do capital, há que se lutar pelas políticas sociais, que sejam públicas e articuladas com as políticas econômicas, o que significa colocar em debate também a produção e a reprodução sociais e construir enfrentamentos aos ajustes neoliberais;
- ✓ Trabalhadores sociais são oriundos de segmentos médios precarizados e o contexto neoliberal vem apresentando novas exigências e requisições profissionais. Observa-se, na atualidade, a fragilidade do trabalho social, seja na formação profissional, seja no exercício da profissão, frente à necessidade de posicionamento ético político profissional, ante os processos de conflitos econômicos e sociais;
- ✓ A defesa e o fortalecimento do Serviço Social mundial são sustentados em projetos profissionais independentes, que não sejam instrumentalizados por governos ou organizações internacionais, e que dialoguem com os movimentos sociais globais, criando dinâmicas democratizadoras no campo das relações internacionais.

## Bibliografia

ABRAMIDES, M. A. **O projeto ético político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2019

BEHRING, E. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil in **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, I. Os custos da crise para a política social in BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.;

SANTOS, S.; MIOTO, R. (org.) **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2010

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) **Relatório de Gestão Tempo de Luta e Resistência 2011-2014**. Brasília – DF, 2014

\_\_\_\_\_. **O CFESS e as organizações internacionais de Serviço Social**. Brasília, DF: CFESS, 2006

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão Atitude Crítica para avançar na luta 2008-2011**. Brasília – DF, 2011

CHESNAIS F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. 1ª. edição em português, atualizada e ampliada. São Paulo: Xamã, 1996

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVAHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez Editora; Lima (Peru): CELATS, 1982

LEMOS, E. L. S.; MATOS, M. C.; RAMOS, S. R. A contribuição brasileira ao debate do Serviço Social mundial in YASBEK, M.C.; IAMAMOTO, M.V. (org.) **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

MATOS, M. C. **Interlocuções do Projeto ético político do Serviço Social brasileiro com o mundo: entrevista com Esther Luíza de Souza Lemos**. Revista Em Pauta. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

MARTINEZ, S. **Poder, política e trabalho social: a necessidade de reinventar o trabalho social ao nível mundial**. Palestra proferida em Seul, 2016